



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO
EDUCACIONAL**

**O OLHAR DOS GESTORES SOBRE A EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS NAS ESCOLAS
PÚBLICAS ESTADUAIS DE SANTA MARIA-RS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Silvane Spolaor

**Agudo, RS, Brasil
2014**

**O OLHAR DOS GESTORES SOBRE A EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS
ESTADUAIS DE SANTA MARIA-RS**

Silvane Spolaor

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Claudio Emelson Guimarães Dutra

Agudo, RS, Brasil
2014

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão
Educativa**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**O OLHAR DOS GESTORES SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE SANTA
MARIA-RS**

elaborada por
Silvane Spolaor

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Claudio Emelson Guimarães Dutra, Me. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Alexandra Silva dos Santos Furquim, Ma. (UFSM)

Myrian Cunha Krum, Ma. (UFSM)

Agudo, 29 de novembro de 2014.

Dedico este trabalho á minha Família, especialmente ao meu pai Dari e minha mãe Ana e ao meu marido Cléber pelo incondicional apoio.

Agradecimentos

A Deus, pela vida e pela oportunidade de vivenciar mais este momento.

À Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e o curso Gestão Educacional UFSM por proporcionar a oportunidade de cursar a especialização em Gestão Educacional.

Ao meu orientador professor Claudio E. G. Dutra, por ter me conduzido nesta pesquisa, contribuindo para minha formação profissional.

Aos professores e tutores do Curso de Gestão Educacional que contribuíram com seus saberes.

Aos gestores e professores das escolas que realizei a pesquisa que responderam os questionários, colaborando para a conclusão do trabalho.

À minha família, pela dedicação e incondicional apoio durante todo tempo, ajudando a alcançar mais esse objetivo.

Ao Cléber pelo amor e companheirismo.

A todas as pessoas que, de alguma forma ou outra, contribuíram para eu chegar até aqui.

*Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se
educam entre
si, mediatizados pelo
mundo.
Paulo Freire*

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão
Educativa Universidade Federal de Santa
Maria

O OLHAR DOS GESTORES SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE SANTA MARIA-RS

AUTORA: SILVANE SPOLAOR

ORIENTADOR: CLAUDIO EMELSON GUIMARAINS

DUTRA

Data e Local da Defesa: Agudo, 29 de Novembro de 2014.

Os espaços de avanços tecnológicos exigem pessoas competentes com conhecimento e compreensão crítica da realidade. Exigências que estão relacionadas com o domínio da escrita, leitura e novas tecnologias para que possam ter uma boa atuação profissional e social. No entanto, devido a essa situação, têm-se deficiências no atendimento a estas exigências sociais. Diante dessa realidade, a Educação de Jovens e Adultos - EJA destina-se a pessoas que apresentam defasagem de conhecimentos escolarizados ou que são completamente analfabetas. Esta pesquisa teve como objetivo analisar o olhar dos gestores educacionais sobre a EJA nas Escolas Públicas Estaduais de Santa Maria – RS. Para tanto, buscou-se um breve resgate histórico da EJA no Brasil, a análise do Projeto Político Pedagógico de três Escolas Públicas Estaduais de Santa Maria-RS, além da aplicação de questionários aos gestores do ensino sobre os métodos, programas, práticas adotadas e dificuldades sentidas. O trabalho proporcionou algumas reflexões, tais como: todos podem e devem contribuir para o desenvolvimento da EJA; os governantes devem implantar políticas integradas para a EJA; as escolas precisam elaborar um projeto adequado para seus alunos e não seguir modelos prontos; os professores necessitam atualizar e adequar seus conhecimentos e métodos de ensino e os alunos precisam valorizar a oportunidade de estudar e ampliar seus conhecimentos.

Palavras – chave: Educação de Jovens e Adultos; Projeto Político Pedagógico; Gestão educacional.

ABSTRACT

Monograph Specialization
Course Postgraduate
Distance
Lato Sensu in Educational
Management Federal University of
Santa Maria

THE LOOK OF MANAGERS OF THE YOUTH AND ADULT EDUCATION IN PUBLIC SCHOOLS STATE OF SANTA MARIA- RS

AUTHORESS: SILVANE SPOLAOR

LEADER: CLAUDIO EMELSON GUIMARAINS DUTRA

Date and Place of Defence: Agudo, November 29, 2014.

The spaces of technological advances require competent people with knowledge and critical understanding of reality. Requirements that are related to the mastery of writing, reading and new technologies so they can have a good professional and social activities. However, because of that situation, have- if deficiencies in meeting these social requirements. Given this reality, the Youth and Adult Education - EJA intended to people with lag educated knowledge or are completely illiterate. This research aimed to analyze the look of educational managers on the EJA in State Public Schools in Santa Maria - RS. Therefore, we sought a brief historical review of adult education in Brazil, the analysis of Project Political three State Public Schools Santa Maria-RS, besides the use of questionnaires to managers of education on methods, programs, practices adopted, and difficulties. The work provided some thoughts such as: everyone can and should contribute to the development of adult education; governments must implement integrated policies for adult education; schools need to develop an appropriate design for your students and not ready following models; teachers need to update and adapt their knowledge and teaching methods and students need to value the opportunity to study and extend their knowledge

Keywords: Youth and Adult Education; Political Pedagogical Project; Educational management.

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A- Questionário para os Professores	43
Apêndice B- Questionário para Coordenação Pedagógica	45

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 EJA: ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS.....	13
1.1 Breve histórico da escolarização de jovens e adultos.....	13
2 EJA NO CONTEXTO ESCOLAR: ESCOLA, CURRÍCULO, PROFESSORES, ALUNOS, PPP	17
2.1 O papel do professor frente ao ensino da EJA	20
2.2 O Projeto Político Pedagógico da Escola Pública	22
2.3 A evasão escolar e a Educação de Jovens e Adultos.....	25
3 ABORDAGEM E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	27
3.1 Análise dos questionários aplicados aos Professores e coordenação pedagógica.....	29
3.2 Educação de Jovens e Adultos e o Projeto Político Pedagógico de três Escolas Estaduais de Santa Maria-RS.....	30
4 CONCLUSÕES.....	35
REFERÊNCIAS.....	38
APÊNDICES.....	42

INTRODUÇÃO

A presente monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional–EAD da Universidade Federal de Santa Maria, traz a temática o olhar dos gestores sobre a educação de Jovens e Adultos nas escolas Públicas Estaduais de Santa Maria-RS.

Neste início de milênio, a realidade do avanço científico/tecnológico impulsiona transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, exigindo análises contínuas sobre programas de naturezas diversas, principalmente em se tratando de educação e, especificamente, de jovens e adultos. Em razão de existir consenso de que a educação é uma das bases da sociedade, são necessárias análises sobre os mais variados e diferentes contextos em que se inserem as escolas.

Os espaços de avanços tecnológicos exigem pessoas competentes com conhecimento e compreensão crítica da realidade. Exigências que estão relacionadas com o domínio da escrita, leitura e novas tecnologias para que possam ter uma adequada atuação profissional e social. No entanto, devido a essa situação, muitos não têm condições de atender às exigências sociais. Diante dessa realidade, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) destina-se a pessoas que apresentam defasagem idade/série, de qualificação ou ainda que são completamente analfabetas.

O Brasil, apesar de estar engajado em campanhas nacionais e internacionais contra o analfabetismo, ainda possui um contingente de cerca de 13.933.173 pessoas analfabetas, conforme o Censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Em razão disso, esse grupo de pessoas têm enfrentado dificuldade em participar do processo social e ter acesso às tomadas de decisões, pois, são integradas aos processos sociais de um modo excludente, subalterno e seletivo, já que a sociedade se organiza tendo por parâmetro os códigos letrados. Ainda, muitas vezes são deixadas de lado dos serviços oferecidos pelo Estado, dentre outras coisas, pelas dificuldades de ter acesso a informações, face ao não domínio dos códigos de escrita, leitura e novas tecnologias.

A EJA é uma modalidade de ensino, amparada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.392, de 22 de dezembro de 1996 – LDB/96)

voltada às pessoas que não tiveram acesso, por algum motivo, ao ensino regular na idade apropriada. Porém, são pessoas que têm cultura própria e nesse sentido é preciso que a sociedade compreenda que alunos da EJA vivenciam problemas como preconceito, vergonha, discriminação, críticas e que tais questões são vivenciadas tanto no cotidiano familiar como na vida em comunidade.

O interesse da autora pelo tema a ser pesquisado é consequência de sua trajetória como estagiária em uma turma de EJA, no estágio curricular do Curso de Licenciatura Plena em Geografia e também a convivência com professores que atuam nessa modalidade de ensino.

Durante o estágio constatei em uma Escola Pública Estadual de ensino médio de Santa Maria um alto índice de desistência dos alunos da EJA, sendo que a maioria dos alunos pareciam desmotivados e que muitas das práticas pedagógicas utilizadas pelos professores em sala de aula não os interessava.

A educação de jovens e adultos, devido as suas próprias especificidades, exige dos educadores uma busca mais intensa de aprendizagens, sobretudo, ao fato de que a formação inicial e/ou continuada tem sido insuficiente para atender as demandas do ensino dessa modalidade.

Atualmente (2014) como professora do Ensino Médio, convivo com colegas que atuam com a modalidade de ensino – EJA, percebo as dificuldades encontradas pelos mesmos, e também dos alunos na busca do aprendizado.

Essa foi uma das motivações para meu envolvimento com essa área, pois, no decorrer da minha prática pedagógica na educação de jovens e adultos, deparei-me com algumas situações que me levaram a buscar conhecimentos, os quais, embora necessários no cotidiano da sala de aula, pouco tinham sido contemplados na minha formação inicial.

Cabe ao professor romper com esses preconceitos, rótulos e concepções a respeito de um jovem ou adulto que não foi escolarizado. Quem são os jovens e adultos? Que buscam/procuram na EJA? Qual é a realidade cultural que eles estão inseridos?

A partir dessas problematizações busca-se construir perspectivas diferenciadas que contemple as especificidades da EJA e principalmente as reais necessidades dos jovens e adultos. Para essa problematização constata-se

a relevância de focar o contexto político econômico da EJA e principalmente as reais necessidades dos jovens e adultos.

Nesse sentido, tem-se como objetivo geral analisar qual é a percepção da coordenação pedagógica e professores sobre a EJA nas Escolas Públicas Estaduais de Santa Maria.

Com os objetivos específicos, pretende-se realizar um breve resgate histórico da EJA no Brasil e analisar o Projeto Político Pedagógico-PPP de três Escolas Públicas Estaduais de Santa Maria-RS, questionar os gestores do ensino sobre os métodos, programas e práticas adotadas, confrontando-os com as dificuldades sentidas, através de questionários e partir daí, sugerir aos gestores do ensino que discutam e repensem as suas práticas.

Para contemplar os objetivos propostos neste trabalho, o mesmo foi dividido em segmentos, ou partes.

Na parte 1, EJA: Aspectos históricos e legais, buscamos apresentar alguns aspectos históricos e legais da escolarização de jovens e adultos no Brasil.

Na parte 2, EJA no contexto escolar: Escola, Currículo, Professores, Alunos, PPP, traz reflexões fundamentadas nos autores que estão frente ao debate e das discussões a respeito dos temas que envolvem a pesquisa.

Na parte 3, Abordagem e Procedimentos Metodológicos, trata dos procedimentos teórico-metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa, os quais buscam caminhos e técnicas tomados no decorrer da investigação do objeto de estudo. Além da análise dos questionários aplicados a coordenação pedagógica e professores, e PPP das escolas.

Na última parte, conclusões, destina-se as reflexões finais acerca do assunto.

1 EJA: ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS

A escola é uma instituição social educativa que ao longo da história é questionada a respeito de seu papel frente às necessárias transformações políticas, sociais, econômicas do mundo moderno.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma das políticas nacionais que vem contribuir para a inclusão social, para encurtar distâncias entre incluídos e excluídos das novas formas de conhecimentos que são indispensáveis para o mundo do trabalho, para a organização de trabalhadores, para os novos processos de produção, para cidadãos partícipes de uma sociedade em constante evolução e, principalmente, visando a qualidade de vida (SCHEIBEL; LEHENBANER, 2006).

Não se pode permitir que no século XXI, ainda se tenha um contingente tão expressivo de indivíduos a margem dos direitos mais elementares que um ser humano pode usufruir como o direito de ler e escrever. Num mundo completamente letrado, globalizado, informatizado, com tecnologias avançadas, requer de cada indivíduo competências e habilidades cada vez mais específicas para a integração social, onde a comunicação é capaz de definir as relações sociais estabelecidas, os espaços ocupados, construindo dessa maneira a história.

1.1 Breve histórico da escolarização de jovens e adultos

Este trabalho não tem a pretensão de focar aspectos abrangentes sobre a História da Educação, mas fazer problematizações a respeito dessa temática de uma forma que contemple a EJA.

Desde a colonização do Brasil, que teve início nos primórdios do século XVI, constata-se que não se falava em educação na modalidade EJA, pois todos os sujeitos incluindo a população adulta foram iniciados em uma educação religiosa. Portanto, a denominação é recente e existem várias concepções sobre a EJA, mas a que será abordada nessa pesquisa é a EJA proposta pelo Ministério da Educação (MEC).

Problematizando a EJA, na História da Educação no Brasil constatamos que foi somente no século XX mais precisamente na década de 1920, que houve

iniciativas particulares, de cunho popular e assistencial voltadas para a EJA. Isso porque existia um elevado número de analfabetos que representava um perigo para as elites e, além disso, o analfabetismo era visto sob uma concepção preconceituosa.

A partir da Revolução de 1930, o Brasil preocupou-se com a intervenção do Estado na EJA e começou a implementar diversos programas e políticas de iniciativas oficiais. Em 1962 foram criados o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização pelo MEC.

Em 1964 o Golpe Militar extingue todas essas ações, com o pretexto de que eram subversivas. E muitos educadores foram presos, perseguidos devido ao seu posicionamento ideológico. Em contrapartida, o Governo Militar criou campanhas de alfabetização como a Cruzada do ABC (Ação Básica Cristã) e também o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Essas campanhas tinham caráter ideológico e propunham que os alunos aprendessem a ler e escrever sem uma preocupação com a formação crítica, até mesmo porque o contexto político-econômico era repressivo.

Após 1964, a EJA teve caráter de educação onde base articulada com as reformas de base propostas por João Goulart. O Movimento de Educação de Base (MEB) apoiado pela igreja permaneceu até 1969.

Com a abertura política e econômica no Brasil criou-se a Comissão Nacional de Alfabetização, coordenada por Paulo Freire e depois por João Eustáquio Romão. Essa comissão propôs discussões sobre políticas de alfabetização.

A partir da década de 1990 educadores, políticos e empresários discutem e implementam políticas públicas para a EJA, surgindo com isso, diversos programas em nível nacional como o MOVA, PRONERA, ALFASOL, Brasil Alfabetizado, Programa Fazendo Escola, Proeja, Projovem, entre outros programas.

É preciso de haja continuidade das ações governamentais. Os resultados seriam melhores se houvesse seguimento nos programas já implantados, pois evitaria perda de tempo e de dinheiro na criação de novos programas, como vem acontecendo ao longo dos anos.

Constata-se que esses programas que estão sob a parceria entre governo e sociedade civil acabam delineando um modelo centralizador, autoritário

onde as decisões não são compartilhadas e deliberadas o que compromete os discursos de autonomia e diálogo horizontal que são usados pelos seus participantes.

Diante disso, constata-se que a educação desde o período Colonial foi articulada de acordo com a política econômica do país. Essa breve leitura da História da Educação da EJA no Brasil possibilita a reflexão que a educação não é desvinculada do contexto político, econômico e cultural do país.

As políticas públicas para a EJA configuram-se no contexto político e econômico vigente e os programas educacionais que foram implementados para essa modalidade comportam, no século XXI, um caráter assistencial e muitas vezes com interesse de mercado.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) estabeleceu no capítulo II, seção V a Educação de Jovens e Adultos,

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.

Ainda segundo a LDB em seu artigo 38º, “os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular”. No mesmo artigo, é definida a idade mínima para a realização dos exames: Maiores de 15 anos podem prestar exames para a conclusão do Ensino Fundamental e maiores de 18 anos podem prestar exames para a conclusão do Ensino Médio. Adolescentes com idades inferiores as estabelecidas acima devem frequentar as escolas regulares.

A escola passa por um momento de transição, sendo necessário se pensar em um processo de reestruturação dos sistemas educativos. De acordo com Libâneo; Oliveira; Toschi (2005, p. 53) “[...] a escola de hoje precisa não apenas

conviver com outras modalidades de educação não formal, informal e profissional, mas também articular-se e integrar-se a elas, a fim de formar cidadãos mais preparados e qualificados para um novo tempo”.

A educação ainda é vista como propulsora de ascensão social para as camadas médias e baixas da população. Melhorar no emprego através da escolarização faz parte do imaginário social, só que nem todos conseguem concluir a escolarização básica, ou não conseguem fazê-la na idade dita apropriada.

Segundo o parecer nº 11/00 do CNE

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso ao domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas.

Nesse sentido, não dá para se referir a EJA sem fazer menção à influência exercida pelo meio, ou seja, o indivíduo é condicionado por um movimento mais amplo, pelas mudanças da sociedade em que vive.

Esse pensamento revela o caráter evolutivo da EJA e da Educação como um todo, ou seja, a escola necessita acompanhar essa veloz transformação da sociedade e conseqüentemente de seus participantes.

A EJA requer um pensamento crítico e social do processo de libertação e transformação do sujeito. A sociedade é outra, os valores cultuados são outros, o sistema educativo é diferente do de outrora e o sujeito co-participante desse processo também já está modificado e tendente a toda essa nova visão de mundo. A alfabetização e a educação de base de adultos carece partir sempre de um exame crítico da realidade existencial dos educandos, da identificação das origens de seus problemas e das possibilidades de superá-los (BRASIL, 2001).

O educando precisa ser tomado como sujeito de sua aprendizagem. Freire (1996, p. 47) expressa bem essa afirmativa dizendo: “Saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção”. Dessa forma, ativando a promoção de uma educação que não negue sua cultura, mas que a transforme através da dialogicidade entre os participantes, poderá ser um avanço na implantação dessa nova consciência de educação na EJA.

2 EJA NO CONTEXTO ESCOLAR: ESCOLA, CURRÍCULO, PROFESSORES, ALUNOS, PPP

A sociedade vem se democratizando e transformando-se. A escola juntamente com a família e o meio social, tem um papel fundamental na formação do aluno, daí o motivo pelo qual ela vem sendo alvo de tantas discussões e de propostas de reestruturação. Os processos educacionais envolvem mudanças nas relações sociais praticadas na escola e nos sistemas de ensino. Nesse sentido, a escola enfrenta novos desafios no campo da gestão escolar.

Considerando que o processo de gestão democrática não é função exclusiva do diretor, mas da realização de um trabalho participativo envolvendo todos os segmentos sociais que compõem a escola. Na medida em que se conseguir a participação de todos os setores da escola - educadores, alunos, funcionários e pais nas decisões a respeito de seus objetivos e de seu funcionamento, teremos melhores condições para caminharmos para uma escola de qualidade, com autonomia e de recursos.

Como podemos observar na fala de Lück (2000, p. 13),

Até bem pouco tempo, o modelo de direção da escola, que se observava como hegemônico, era o de diretor tutelado dos órgãos centrais, sem voz própria, em seu estabelecimento do ensino, para determinar os seus destinos e, em consequência, desresponsabilizado dos resultados de suas ações e respectivos resultados. Seu papel, nesse contexto, era o de guardião e gerente de operações estabelecidas em órgãos centrais. Seu trabalho constituía-se, sobretudo, repassar informações, controlar, supervisionar, Ildirigirll o fazer escolar, de acordo com as normas propostas pelo sistema de ensino ou pela mantenedora.

É neste sentido, portanto, que se percebe a necessidade da escola organizar-se democraticamente com vistas ao alcance de objetivos transformadores. O gestor escolar precisa incentivar as potencialidades possíveis e estas tornarem-se ações criativas e inovadoras. Para Gandin (1994, p. 24), “participação é construção em conjunto”. No processo participativo, todos têm sua palavra a dizer. Entendendo o conceito de gestão escolar, que ultrapassa o de administração escolar.

Freire (1996) lembra também que nenhuma prática de Gestão Democrática se sustentará por muito tempo sem os pressupostos e os insumos, de uma teoria significativa e bem estruturada que deve primar pela perspectiva da “educação libertadora” que valoriza e incentiva o diálogo, a participação, a conquista da autonomia e da democracia, o compromisso político, ético e estético com a construção de uma sociedade mais justa e sustentável, com a concepção de ser humano histórico, incompleto, inacabado, capaz de lutar pela transformação social, por uma sociedade mais justa e sustentável para todos.

É importante que o gestor garanta a participação das comunidades interna e externa, a fim de que assumam o papel de co-responsáveis na construção de um projeto pedagógico que vise ensino de qualidade para a clientela da escola pública. Para que isso aconteça é preciso preparar um novo diretor, libertando-o de suas marcas de autoritarismo redefinindo seu perfil, desenvolvendo características de coordenador, colaborador e de educador, para que consigamos implementar um processo de planejamento participativo, (ASSIS, 2009).

Nos primórdios do século XXI, as questões sociais e educacionais são mais abrangentes demandando da educação um esforço maior em torno de sua organização, exigindo o empenho de todas as pessoas neste processo, tanto professores, como coordenação, funcionários, alunos e pais. Lück (2006, p. 25) menciona:

A gestão educacional corresponde à área de atuação responsável por estabelecer o direcionamento e a mobilização capazes de sustentar e dinamizar o modo de ser e de fazer dos sistemas de ensino e das escolas, para realizar ações conjuntas, associadas e articuladas, visando o objetivo comum da qualidade do ensino e seus resultados.

A administração do planejamento seja na construção e execução sempre esteve alicerçada na utilização racional de recursos quer seja físicos, quer sejam humanos. Este modo de ver e gerir escolas foram substancialmente modificados pela LDB/96, quando centrou a questão no processo de gestão de escolas e não mais em resultados ou produtos.

Para Pagno (2003) a gestão escolar está voltada aos papéis desempenhados pelos atores sociais e suas formas de relacionamento com o

poder, refletindo sobre essas relações vão se construindo novas posturas assumidas pela equipe diretiva.

O gestor escolar é a pessoa que cria espaços de parceria, está atento a necessidades seja de aprendizagem, de organização ou de relacionamento. É alguém que oferece suporte, orientando, sendo parceiro da formação de professor, estabelecendo constante diálogo com autenticidade, com empatia, avaliando situações. A gestão de participação, defendida por Libâneo (2002) implica em liderança, posturas e climas de discussão de ideias, críticas e consensos.

Compreendendo que todos os sujeitos são diferentes, distinguindo-se pela singularidade inerente de cada um, as pessoas também possuem cada uma suas características próprias, suas especificidades e interesses. E uma verdadeira educação se constituirá no momento que se compreender a educação na sua totalidade.

Considerando ainda que o educando deve ser tomado como sujeito de sua aprendizagem. Freire (1996, p. 47) expressa bem essa afirmativa dizendo: “Saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção”. Dessa forma, ativando a promoção de uma educação que não negue sua cultura, mas que a transforme através do diálogo entre os participantes, poderá ser um passo a frente na implantação dessa nova consciência de educação na EJA.

Freire (1980, p.40), já nos dizia que:

O homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade, se não é auxiliado a tomar consciência da realidade e de sua própria capacidade para transformá-la, pois ninguém luta contra as forças que não compreende.

A EJA é uma das políticas nacionais que vem a contribuir com a inclusão social, para encurtar a distância entre incluído e excluídos das novas formas de conhecimentos que são indispensáveis para o mundo do trabalho, para a organização de trabalhadores, para novos processos de produção, para cidadãos partícipes de uma sociedade em constante evolução e principalmente visando à qualidade de vida (PICAU; WANDSCHEER, 2006).

Segundo Freire (1980, p. 27),

Da educação que, não podendo jamais ser neutra, tanto pode estar a serviço da decisão, da transformação do mundo, da inserção crítica nele, quanto a serviço da imobilização, da permanência possível das estruturas injustas, da acomodação dos seres humanos à realidade tida como intocável.

A EJA precisa construir sua identidade com características próprias, considerando o perfil do educando e a sua situação de vida, nesse sentido, deverá voltar as suas atividades para o atendimento dessa população incentivando suas potencialidades, promovendo sua autonomia, levando os seus alunos a serem sujeitos do aprender, apropriando-se, gradativamente do mundo do fazer, do conhecer, do agir e do conviver.

2.1 O papel do professor frente ao ensino da EJA

Os alunos não precisam de guias espirituais, nem de catequizadores. Eles se constroem encontrando pessoas confiáveis, que não se limitam a dar aulas, mas que se apresentam como seres humanos complexos e como atores sociais que encarnam interesses, paixões, dúvidas, engajamentos, atores que se debatem, como todo mundo, com o sentido da vida e com as vicissitudes da condição humana (PERRENOUD, 2005.)

Para Freire (1979) entender o que lê e escrever o que se entende. É comunicar-se graficamente. É uma incorporação. Implica não em uma memorização mecânica das sentenças, das palavras, das sílabas, desvinculadas de um universo existencial - coisas mortas ou semimortas - mas uma atitude de criação e recriação. Implica uma autoformação da qual pode resultar uma postura atualmente do homem sobre seu contexto.

Algumas falas de alunos alfabetizados durante meu estágio curricular que desenvolvi em 2006, ilustram essa possibilidade. Ao se manifestarem sobre a importância de voltar a estudar sempre sonharam em voltar a estudar, e que alguns já conquistaram algumas coisas voltando a estudar, reconhecendo a importância do estudo para as suas vidas.

O desafio do estabelecimento do diálogo entre educandos e educadores e dos próprios educandos entre si é um passo decisivo no processo de

alfabetização de adultos. É através desse diálogo que podem aflorar as diferenças, as semelhanças, bem como os problemas comuns do grupo participante.

Para Freire (1996), o espaço pedagógico é um texto para ser constantemente “lido”, interpretado, “escrito” e “reescrito”. Nesse sentido, quanto mais solidariedade existir entre o educando e o educador no trato deste espaço tanto mais possibilidades de aprendizagem democrática se abrem na escola.

O que precisa ficar claro é assim como para a alfabetização das classes do EJA também constitui um universo que precisa ser desvelado. Nós professores também precisamos “mergulhar” no universo da alfabetização nas classes de EJA, para aprendermos, com jovens e adultos, como eles aprendem a ler e a escrever.

Quando o trabalho é exercido com alunos de EJA, as ações ficam ainda mais difíceis. Os jovens e adultos sabem identificar claramente a precariedade do sistema e as dificuldades enfrentadas pelo corpo docente na realização desta árdua tarefa de educar. Para Freire (1997, p. 8)

[...] É preciso ousar para dizer, cientificamente e não blablablamente, que estudamos, aprendemos, ensinamos, conhecemos com o nosso corpo inteiro. Com os sentimentos, com as emoções, com os desejos, com os medos, com as dúvidas, com a paixão e também com a razão crítica. Jamais com, esta apenas. É preciso ousar para jamais dicotomizar o cognitivo do emocional. É preciso ousar para ficar ou permanecer ensinando por longo tempo nas condições que conhecemos, mal pagos, desrespeitados e resistindo ao risco de cair vencidos pelo cinismo. É preciso ousar, aprender a ousar, para dizer não à burocratização da mente a que nos expomos diariamente. É preciso ousar para continuar quando às vezes se pode deixar de fazê-la, com vantagens materiais. [...].

Na EJA precisamos contar com profissionais abertos à troca de experiências, dispostos a aprender com o outro, que vibram com o avanço da aprendizagem de seus alunos e acreditam em suas capacidades, respeitando as diferenças sociais, culturais, religiosas, enfim, respeitando o direito do outro em ser ímpar, mas ao mesmo tempo sendo respeitado em seus direitos. Para Gobetti (2007, p. 85)

A valorização dos conhecimentos prévios dos alunos, a sua —leitura de mundoll, dá o suporte para o desenvolvimento da oralidade, base da aprendizagem da leitura e da escrita. É preciso dar voz aos jovens e adultos, resgatar suas histórias, seus —causosll, fazê-los interagir com os textos, levantando hipóteses, validando-as ou não, mesmo que a leitura inicial seja realizada pela voz do alfabetizador. É nessa interação entre os seus conhecimentos prévios e os conhecimentos presentes nos textos que os alfabetizados vão construindo os seus possíveis sentidos.

A formação continuada de professores é um direito e carece ser garantida no espaço da escola. Pois irá trabalhar no professor sua importante posição em relação ao outro, o respeito às diferenças e orientá-los a trabalhar os sentimentos juntamente com o conteúdo da melhor forma possível. No entanto, nem sempre esse processo se torna realidade, devido a vários fatores: políticos, pedagógicos, de organização do tempo e do espaço, de articulação e de interesse dos docentes.

A maioria das escolas públicas não tem profissionais com formação específica em EJA. Faz-se vital que o profissional da educação esteja capacitado a integrar em sua prática pedagógica os saberes que os jovens e adultos possuem, apropriando-se da riqueza cultural produzida no decorrer da vida de cada um.

Os alunos da EJA precisam de profissionais comprometidos e entusiasmados e melhor ser observada e respeitada pelas políticas públicas, porque é composta por pessoas que provém de situações, muitas vezes, marcadas pela discriminação, problemas financeiros, perdas familiares que os levam a assumir responsabilidades que os impossibilitam de frequentar a escola enquanto crianças.

A resolução dos problemas históricos educacionais enfrentados pela educação pública do nosso País extrapola o cotidiano da sala de aula, e isso não depende somente do empenho dos profissionais da educação, no caso específico da EJA, requer elaboração de políticas públicas como um todo.

2.2 Projeto Político Pedagógico da escola pública

Toda escola deve ter o seu projeto pedagógico, conforme determinações expressas no artigo 14 da LDB/96,

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

As decisões da escola sobre avaliação, currículo, horário de aulas, organização de festas, jogos; calendário escolar, enfim, cada decisão tomada pela escola é político-pedagógico e reflete as orientações pedagógicas assumidas pelos seus profissionais.

O Projeto pedagógico é um documento orientador da ação da escola, onde se registram os objetivos a atingir, as opções estratégicas a seguir, em função do diagnóstico realizado, dos valores definidos e das concepções teóricas escolhidas. O se construir o PPP, é fundamental que se tenha em mente a realidade que circunda a escola; realidade que se expressa no contexto da sociedade: econômico, político e social; e aquela que se verifica ao entorno da escola. A realidade da sociedade, certamente, afeta a vida da escola, assim como também a afeta a sua realidade interna específica, o seu funcionamento, possibilidades e limites.

Conforme Freitas *et al* (2004), o projeto pedagógico não é uma peça burocrática e sim um instrumento de gestão e de compromisso político e pedagógico coletivo. Não é feito para ser mandado para alguém ou algum setor, mas sim para ser usado como referência para na escola. Seria um documento base das condições de funcionamento da escola e ao mesmo tempo um diagnóstico seguido de compromissos aceitos e firmados pela escola consigo mesma – sob o olhar atento do poder público. O que fica claro é que o projeto político-pedagógico da escola, quando bem construído e administrado, pode ajudar de forma decisiva a escola a alcançar os seus objetivos. A sua ausência, por outro lado, pode significar um descaso com a escola, com os alunos, com a educação em geral, o que, certamente, refletirá no desenvolvimento da sociedade em que a escola estiver inserida.

Para que a escola, realmente, alcance os seus objetivos, é de fundamental importância que a construção e o acompanhamento do Projeto Político Pedagógico estejam alicerçados em uma administração participativa,

coletiva, em que as decisões sejam democratizadas e que o seu processo de avaliação e revisão seja uma prática coletiva constante, oportunizando reflexões para mudanças que se fizerem necessárias.

O planejamento escolar aqui é entendido como uma prática que visa à implantação das políticas educacionais, através de atividades educacionais técnicas, operacionais, pedagógicas, culturais. Para efetivar esse planejamento e democratização é preciso se utilizar de meios como os conselhos de gestores. Cabe lembrar que não basta participar, é necessário comprometer-se e, sobretudo, agir em conjunto.

O PPP tem sido objeto de estudos para professores, pesquisadores e instituições educacionais em nível nacional, estadual e municipal, em busca da melhoria da qualidade do ensino.

Uma questão a ser levada em consideração é que a construção do PPP requer continuidade das ações, descentralização, democratização do processo de tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório.

O projeto pedagógico da escola constitui um documento que sintetiza as características do fazer educativo. Desta forma, delinea as interações sociais e educativas, e o caráter político fica evidente. O político está nas opções que determinam como o grupo se organiza, suas intenções, seu agir e seus. Daí porque chamar de Projeto Político-Pedagógico chega a ser redundante. Se for um projeto pedagógico, por si só é político, é fruto de escolhas, conhecimentos, intenções.

A reorganização da escola deverá ser buscada de dentro para fora. Isso implica fazer rupturas com o pré-estabelecido para avançar. É preciso entender o projeto político-pedagógico da escola como uma reflexão de seu cotidiano. O PPP necessita, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações.

A formação continuada dos profissionais da educação precisa centrar-se na reflexão sobre a prática pedagógica, tendo como esteio o cotidiano escolar e organizando-se em ações reflexivas a partir do próprio grupo profissional. Organizar o ambiente escolar implica pensar o projeto pedagógico, articulado no interior da instituição. Prefere-se pensar em uma ação capaz de unir esforços na busca de planejamento, realização e avaliação contínua do trabalho,

sob o ponto de vista dos sujeitos.

A instituição, com seu Projeto Pedagógico, precisa caminhar com base em suas possibilidades. Para, conforme as mudanças impostas pelo tempo, reiniciar o trabalho de dar novo significado ao Projeto, pois mudam os sujeitos, muda o contexto, muda a gestão, muda, conseqüentemente, a escola.

Importante pensar que a elaboração do Projeto Pedagógico é motivo de revitalização da escola, seus sujeitos e fazeres. O resultado é o planejamento de um fazer que seja de todos, elaborado por todos e repercutindo necessariamente no trabalho dos professores. Este é o maior indicativo de que o projeto pedagógico é político.

Portanto, parece-me que temos muito a fazer. Penso que é necessário, coletivamente, contrapor-se aos mandos e desmandos e colocar o projeto político-pedagógico como um dos elementos da gestão democrática, de emancipação e justiça social.

2.3 A evasão escolar e a Educação de Jovens e Adultos

Um grande número de desistentes em uma escola expõe para toda a comunidade uma série de problemas que o educandário apresenta tais como, falta de verbas para ampliar a precária estrutura lá existente, baixa remuneração do corpo docente pela falta do cumprimento integral da lei do Piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, lei Nº 11.738, de 16 de julho de 2008 e falta de motivação da classe estudantil, somente analisando e entendendo esses problemas é que encontraremos as raízes da evasão escolar, para assim podermos combatê-la de forma eficiente.

Com este trabalho, trazemos a tona problemas da escola e alguns motivos que fazem com que esses problemas venham a existir e como o aluno é diretamente afetado, fazendo-o evadir-se do ambiente escolar.

Apesar de o Brasil apresentar números apreciáveis de alunos que frequentam a escola, inclusive na modalidade EJA, é possível destacar que um dos problemas são "os números", muitas vezes irreais ou fantasiosos com professores despreparados, alunos desestimulados, livros de conteúdo

questionável e escolas sem a mínima estrutura física.

Freire (1996) diz em seu livro "A Pedagogia do Oprimido" que não há nada melhor para o desenvolvimento dos alunos, que o respeito aos conhecimentos com os quais o aluno já chega ao adentrar a escola, sendo o dever do professor e mesmo da instituição o de instigar para que esses conhecimentos sejam ampliados e até mesmo melhor, entendidos em um contexto amplo.

A escola não é o único espaço onde o aluno adquire conhecimento, e ainda há questionamentos que afirmam ter a escola uma estrutura de leis e toda uma programação que não permite o desenvolvimento amplo do aluno há seu tempo e assim não permitindo que o aluno venha a desenvolver suas habilidades.

Para Gadotti (2003, p. 298) "A maior parte da aprendizagem ocorre casualmente e, mesmo, a maior parte da aprendizagem intencional não é resultado de uma instrução programada. [...] A escola é ineficiente no ensino das habilidades, principalmente porque é curricular".

A LDB/96 definiu os objetivos da EJA, dando direitos a esses excluídos do ambiente escolar, o retorno à escola para lhes proporcionar um ambiente agradável e propício, pronto para garantir que esse aluno não mais a abandone. E assim, para que a dívida com os jovens e adultos seja reconhecida, é preciso que este reconhecimento traga também à consciência de que enquanto não se investir na qualidade da educação e nos professores, os problemas de evasão, repetência, exclusão e tantos outros continuarão existindo e a escola continuará, cada vez mais, a se afastar da sua real missão que vai muito além de propiciar a leitura e escrita superficial.

3 ABORDAGEM E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método é o instrumento que auxilia o pesquisador na construção do processo de conhecimento do objeto pelo sujeito, não existe como entidade simples e desconectada da realidade científica. Ele comporta, ao ser internalizado e utilizado pelo pesquisador, outros elementos, esses elementos são, sem nenhuma preocupação de comparar suas importâncias, a doutrina, a teoria, as leis, os conceitos e as categorias (SUERTEGARAY, 1999).

Santos (1997, p. 166) define método como “um conjunto de proposições – coerentes entre si – que um autor ou um conjunto de autores apresenta para o estudo de uma realidade, ou de um aspecto da realidade”. Para o autor não há método eterno, todo método é passível de modificação.

Para Sposito (2004, p. 23) o método pode ser definido como “instrumento intelectual e racional que possibilite a apreensão da realidade objetiva pelo investigador, quando este pretende fazer uma leitura dessa realidade e estabelecer verdades científicas para a sua interpretação”. A compreensão e análise das relações sociais e físicas pressupõem inicialmente a definição de um método, permitindo abordar esta realidade a partir de um ponto de vista.

Para contextualizar o problema de pesquisa foram utilizados como procedimentos metodológicos iniciais leituras que abordam o tema para seu embasamento teórico, procurando compreender a História da EJA no Brasil. Assim como foram aplicados questionários aos gestores escolares; coordenação pedagógica e professores ligados a realidade escolar de Ensino Público Estadual de Santa Maria- RS que trabalham com o sistema de ensino da EJA, além de uma consulta nos PPP das escolas.

Para executarmos a pesquisa foi realizada uma pesquisa de campo, na qual os dados foram coletados através da aplicação de um questionário. Os sujeitos da pesquisa foram à equipe diretiva: coordenador pedagógico e professores que trabalham diretamente com a Educação de Jovens e Adultos em três Escolas Públicas Estaduais de Santa Maria; duas localizadas na área central da cidade e uma na zona Leste.

A escolha de três escolas se deu pela representatividade das mesmas,

especialmente o grande número de alunos. As escolas que participaram do estudo tem as seguintes características:

1) Escola Estadual I: Localizada na zona central, a escola atende aproximadamente 1800 alunos, divididos em turmas do Ensino Médio Politécnico (três turnos) e EJA (Ensino Médio somente no turno da noite).

Tem uma boa infraestrutura, com alguns recursos importantes, divididos em setores, como:

- Direção, supervisão escolar e SOE- Serviço de Orientação Educacional, secretaria; RH-Recursos Humanos;
- Círculo de Pais e Mestres, Conselho de Alunos;
- Laboratório de Informática, Biblioteca Escolar; Laboratórios de Ensino; Audiovisual; Xerox;
- Equipe de Conservação e Limpeza; Merendeiras

2) Escola Estadual II: Localizada no Bairro Centro, a instituição conta na sua equipe com 45 professores em sala de aula, 18 funcionários, 5 professores que compõem a equipe diretiva. A escola atende atualmente 900 alunos, distribuídos no ensino fundamental, médio politécnico, EJA Fundamental e EJA Médio.

3) Escola Estadual III: A instituição localizada na Zona Leste atende cerca de 600 alunos, distribuídos no Ensino Fundamental, Ensino Médio Politécnico e EJA Ensino Fundamental e Médio. Apresenta uma boa infra-estrutura:

- Laboratório de Informática, Biblioteca Escolar; Serviço de Laboratórios de Ensino; Serviço de Audiovisual; Serviço de Recursos Didáticos;
- Conta com orientação educacional, serviço de direção, Monitor escolar

As coordenações pedagógicas das três escolas pesquisadas retornaram os questionários (total de 3 questionários respondidos pelos coordenadores pedagógicos, assim como três docentes de cada escola (total de nove questionários respondidos pelos professores).

A coleta de dados foi realizada também com uma análise documental da do PPP das três escolas pesquisadas, a fim de verificar a estrutura escolar, especialmente no que se refere à EJA.

Os procedimentos metodológicos permitem inferir quais os problemas enfrentados pelo sistema de ensino EJA, quais as estratégias de ação que

poderão ser desenvolvidas e como o gestor escolar pode contribuir no processo educativo na EJA.

3.1 Análise dos questionários aplicados aos professores e coordenação pedagógica

Os espaços iniciais a serem completados nos questionários referem-se à formação de Pós-Graduação e tempo de atuação na modalidade EJA. Os dados levantados foram bastante diversificados, sendo que 6 dos 9 professores disseram ter formação pós-graduada e o tempo de atuação na varia de um semestre a 10 anos de atuação na modalidade EJA. Em relação aos coordenadores pedagógicos, todos tem formação de pós-graduação e tempo de coordenação pedagógica de 2 á 8 anos.

Questionou-se ainda, que realizassem uma avaliação qualificando a importância da EJA para o desenvolvimento pessoal dos estudantes. As respostas foram muito interessantes, todos destacaram a importância da EJA para a qualificação profissional e melhores condições de vida, saliento a fala da Professora A (Escola Estadual de Santa Maria II),

São jovens que por algum motivo “perderam” tempo por reprovação ou gravidez precoce ou por trabalho e viram na EJA uma forma de retomar os estudos para terem melhores e maiores oportunidades de emprego e, principalmente melhores condições de vida. Então, nas palavras de alguns deles: uma segunda chance

Nesse sentido, uma característica frequente do aluno identificada na primeira pergunta é a baixa autoestima, muitas vezes reforçada pelas situações de fracasso escolar. A sua eventual passagem pela escola, muitas vezes, foi marcada pela exclusão e/ou pelo insucesso escolar.

Com relação à segunda pergunta, quais os principais problemas/dificuldades enfrentados por alunos e professores da EJA, das dificuldades enfrentadas pelos alunos as respostas mais dadas foi a desmotivação, o cansaço físico e a dificuldade de acompanhar os conteúdos. Já pelos professores é atender os alunos nas suas necessidades individuais e a falta de tempo de realizar um planejamento diferenciado.

A questão que pedia sugestões para melhorar a qualidade da EJA teve respostas bem diversas como: mais investimentos, trabalhar de forma integrada os conteúdos, formação continuada dos professores, maior conexão com a Universidade, mais projetos. Saliento a fala da Professora D (Escola Estadual de Santa Maria I),

Acredito que o governo deveria oferecer mais cursos de formação voltados para professores de EJA, assim como são oferecidos para o Ensino Médio. Projetos como PIBID e outros deveriam contemplar os alunos do noturno. Na minha experiência com projetos na escola percebo que os alunos do noturno se doam tanto quanto os do diurno e às vezes, até mais do que dos outros turnos.

A quarta questão a coordenação pedagógica respondeu se o PPP da escola foi construído de forma participativa e democrática, a mesma base de resposta foi dada pelas três coordenações pesquisadas, que foi construído pelos professores e gestores, sendo que duas escolas estão em processo de atualização do PPP, mas salientam que ainda tem um longo caminho até ser de fato participativo e democrático.

Já a questão aplicada aos professores era - Na sua prática pedagógica procura usar metodologias diferenciadas para a EJA? Quais? Os professores relatam que na maioria das aulas procuram levar jogos, pesquisas, diálogos de aproximação com o cotidiano, teatro, seminários, vídeos e passeios. Como relatado na fala da professora E “Utilizamos produção de fotonovelas, vídeos, dinâmicas, filmes, entre outros. Como trabalhamos com o projeto Educomunicação, acabamos levando o projeto para a sala de aula”.

Verifica-se nesse sentido uma preocupação dos professores em levar metodologias diferenciadas para a construção do aprendizado do aluno de forma prazerosa.

3.2 Educação de Jovens e Adultos e o Projeto Político Pedagógico de três Escolas Estaduais de Santa Maria-RS

A visão de mundo de uma pessoa que retorna aos estudos depois de adulta, após um tempo afastada da escola, ou mesmo daquela que inicia sua

trajetória escolar nessa fase da vida, é bastante peculiar. Protagonistas de histórias reais e ricos em experiências vividas, os alunos jovens e adultos configuram tipos humanos diversos. São homens e mulheres que chegam à escola com crenças e valores já constituídos (Ministério da Educação e Cultura, 2006).

Os homens, mulheres, jovens, adultos ou idosos que buscam a escola para complementar os estudos pertencem todos a uma mesma classe social; são pessoas com baixo poder aquisitivo, que consomem, de modo geral, precariamente o básico à sua sobrevivência como aluguel, água, luz, alimentação, remédios para os filhos. O lazer fica por conta dos encontros com as famílias ou dos festejos e eventos das comunidades das quais participam, ligados, muitas vezes, às igrejas ou associações. A televisão é apontada como principal fonte de lazer e informação. Quase sempre seus pais têm ou tiveram uma escolaridade inferior à sua (Ministério da Educação e Cultura, 2006).

Ainda segundo a proposta elaborada pelo Ministério da Educação e Cultura (2006) a compreensão dessa realidade levou Paulo Freire, ainda nos anos de 1960, a reconhecer o analfabetismo como uma questão não só pedagógica, mas também social e política. É a mesma sabedoria de Freire que nos mostra que educar a favor dos pobres é educar para a transformação da sociedade geradora da pobreza. O que se sabe, ao certo, é que o fracasso escolar tece uma espécie de teia, onde o (a) aluno (a) se enreda e custa a sair. Na maioria dos casos, a teia torna-se tão emaranhada que não oferece saída e o desfecho dessa situação, tão comum na realidade brasileira, é o abandono da escola. Mais tarde, quando retornam aos bancos escolares, os jovens e adultos ficam extremamente suscetíveis a enredarem-se novamente, a vivenciarem outro fracasso escolar.

Duas das propostas pedagógicas desenvolvidas nas Escolas pesquisadas (Escola I e III), para a Educação de Jovens e Adultos em Santa Maria RS, visa à construção da cidadania e da autonomia moral e intelectual, tendo como princípios norteadores:

- Leitura da realidade: considera os sujeitos com suas histórias e vivências, respeitando os diferentes conhecimentos dos/as alunos/as, proporcionando experiências educativas que resgatem o prazer e a busca pelo

conhecimento;

- Resgate de valores e da identidade: construção de sujeitos históricos, competentes, críticos, éticos e participativos capazes de transformarem a realidade social e política numa relação de respeito consigo mesmo, com o outro e com a natureza;

Após dificuldades e recomendações tive acesso a esse importante material, o PPP de três escolas estaduais que trabalham com essa modalidade de ensino, em Santa Maria-RS. As escolas têm a maior preocupação com esse material, pois a maioria delas não tem nenhuma cópia disponível, somente o original, guardando o mesmo dentro de um armário fechado, ou até mesmo tem receio de mostrar esse material, alegando que está defasado e que a escola não “tira tempo” de refazer e atualizar o PPP, conforme fala da Coordenadora Pedagógica, Escola II.

A maior parte dos PPP demonstra preocupações não somente com os segmentos que envolvem a escola como professores, alunos e pais, mas com toda a comunidade escolar.

As escolas têm uma filosofia que chega a ser utópica. Conforme mostra a análise do PPP da Escola Estadual I, “os professores desenvolvem seu trabalho, a partir do conhecimento adquirido pelos seus alunos, que com seu desenvolvimento cultural poderão participar e contribuir para a existência de um mundo melhor - onde não existam vencedores nem perdedores - mas sim pessoas capazes de buscar o êxito e o conhecimento, construtores de uma história - e que o cidadão através desse conhecimento deve sempre saber a noção do ser se sobrepondo ao ter”.

Salientam ainda que objetiva uma escola pública e de qualidade, mais democrática, com recursos didáticos e presença efetiva da família. Nessa escola idealizaram um professor comprometido, participativo, atuante, seguro, criativo, alegre, incentivador, ético, valorizado, e com bom relacionamento e preocupado com o futuro de seus alunos, exercendo um trabalho eficiente baseado numa linha de ação pedagógica comum, engajado no contexto social e que estimule o senso crítico, a justiça e a solidariedade.

Em alguns momentos os PPP colocam a realidade da escola como alunos desmotivados, e ainda justificam que isso ocorre talvez pela falta de

estímulos dos pais e da própria estrutura familiar. Traz ainda, que mesmo ocorrendo um número reduzido de assembleias os pais pouco participam.

O PPP das escolas deixa claro em diversos momentos as dificuldades que as mesmas enfrentam, criticando seu Projeto Pedagógico. Ao analisar o PPP de da Escola III percebe-se que,

A escola não na possui proposta pedagógica, objetivos comuns e unidade de ação; seus conteúdos são desvinculados da realidade e apresenta índices elevados de evasão. Métodos autoritários são, por vezes, usados para obtenção da disciplina, seus alunos têm baixo rendimento escolar e existem dificuldades de relacionamento de alunos entre si.

É sabido que não adianta ter uma PPP invejável tendo ampla relação com os PCNs, com objetivos sérios e consistentes para a formação de uma sociedade melhor, não tendo o comprometimento coletivo e sem o compartilhamento de responsabilidades entre todos os segmentos que fazem parte do meio escolar. Além disso, o PPP não pode ser considerado apenas um documento que foi construído por obrigação, ficando simplesmente engavetado, pelo menos é o que se percebe em uma das escolas no qual se buscou o PPP, transparecendo que alguns membros da escola nem sabiam da existência dele.

A análise do PPP é muito importante visto que, principalmente nos últimos anos tem-se debatido muito sobre esse importante meio de organização, planejamento e concretização dos ideais da educação. O PPP é o meio dos professores e da comunidade escolar traçar seus caminhos refletindo e refazendo seus objetivos.

O projeto político-pedagógico é uma construção coletiva na qual “o texto estará sempre em processo de aprimoramento, por se tratar de um “tecido” que nunca se arremata, porque a vida é dinâmica e exige modificações permanentes” (CARVALHO, 2004, p. 157). Ainda segundo o autor,

[...] o projeto político-pedagógico pode ser considerado como a “carteira de identidade” da escola, evidenciando os valores que cultua, bem como o percurso que pretende seguir em busca de atingir a intencionalidade educativa. Espera-se que prevaleça o propósito de oferecer a todos igualdade de oportunidades educacionais, o que não significa necessariamente, que as oportunidades sejam as mesmas e idênticas para todos.

Assim, com base no discurso das escolas visitadas, credita-se que este documento baliza as ações pedagógicas, tendo em vista a prática reflexiva constante, necessária para uma educação de qualidade, inovadora e para todos (as).

Ainda segundo os PPP analisados, seus objetivos estão se encaminhando para construção do conhecimento de caráter inovador e transformador. Para isso, a escola preocupa-se em elaborar os conteúdos legalmente selecionados de acordo com a realidade dos alunos, mediante a participação na avaliação do processo de ensino e aprendizagem. Segundo relato do PPP analisado (Escola III), dentro dos objetivos da EJA está,

Proporcionar atividades claras e objetivas para a construção do conhecimento; oportunizar acesso e a permanência dos alunos trabalhadores a um ensino adequado as suas necessidades; proporcionar a reflexão sobre a cidadania, favorecendo a formação de indivíduos críticos e conscientes; reordenar tempo e espaço escolar, respeitando o ritmo e as diversidades socioculturais dos educandos; superar a fragmentação do currículo; possibilitar a inclusão de alunos com necessidades especiais e altas habilidades.

Como professora de escola pública, tenho convivido diariamente com colegas que atuam na EJA, nesse sentido acredito que a inclusão dos alunos da EJA na construção do PPP, significaria uma enorme modificação na concepção do PPP e no próprio modo da administração escolar.

Nesse caso se tornaria real a proposta de desenvolvimento integral do aluno, com o desenvolvimento de competências como a sua inserção no mundo do trabalho e ou em estudos superiores e ao mesmo tempo capacitá-lo para interagir socialmente, levá-lo a desenvolver o seu senso crítico, tornando-o um cidadão crítico e participativo, capaz de participar ativamente da transformação que se faz necessária a atual sociedade elitista.

4 CONCLUSÕES

O desenvolvimento da atividade industrial nos centros urbanos resultou em carência de mão de obra. Para atender essa demanda, muitas famílias que moravam em zonas rurais migraram para a periferia dos centros urbanos, uma vez que a economia, que era predominantemente agrícola, passou a concentrar suas atividades no comércio e na indústria. Com o a evolução tecnológica e a necessidade de mão de obra qualificada, o analfabetismo passou a ser reconhecido como problema, pois, até então, morando longe das cidades, o fato de não saber ler e escrever não dificultava a obtenção de um emprego no cultivo de lavouras.

Mediante o crescimento social, a mudança econômica e o avanço tecnológico, as pessoas se sentem obrigadas a procurar a escola na tentativa de prepararem-se para conseguir um emprego mais qualificado e melhor remunerado, para a melhora do seu padrão de vida e manter-se atualizado.

O mercado de trabalho vem se transformando e exigindo cada vez mais profissionais capacitados, obrigando-os a voltar à escola, como jovem, ou já depois de adultos, para dar continuidade à aprendizagem e assim aprender um pouco mais ou, conseguir um diploma.

Essa realidade tem sido responsável pela criação iniciativas voltadas para a alfabetização e educação de jovens e adultos. A educação de adultos é uma necessidade tanto na comunidade como nos locais de trabalho. À medida que a sociedade se desenvolve novas possibilidades de crescimento profissional surgem, mas, por outro lado, exigem maior qualificação e constante atualização de conhecimentos e habilidades.

À medida que a sociedade vai se desenvolvendo, surge à necessidade da escolarização e de certa forma, é positivo que isso aconteça, pois a educação dos adultos favorece o incentivo da educação das crianças e adolescentes, porque quanto mais os pais estudam mais conscientes ficam da importância da educação e mais contribuirão para que seus filhos permaneçam eficientemente na escola.

Se por um lado, a educação tem assumido novos contornos, em face das mudanças ocorridas na sociedade, por outro, a educação é a responsável pelo crescimento social, pois à medida que as pessoas vão ficando

mais escolarizadas, o nível de vida vai melhorando, as pessoas ficam mais conscientes, críticas e exigentes. E, com isso, vão melhorando as condições de higiene, de alimentação, de saúde, de segurança e de satisfação pessoal. Enfim, a educação possibilita o desenvolvimento da sociedade. Segundo Fasheh (2006, p. 143) “aprender a ler e a escrever pode ajudar uma pessoa a ser livre”.

Sabe-se que a educação é o instrumento que vai permitir às pessoas buscarem uma melhoria de vida, capacitando-se para competir no mercado de trabalho bem como reconhecer seus direitos. Para que aumentem as possibilidades individuais de educação, e para que se tornem universais, é necessário que mude o ponto de vista dominante sobre o valor do homem na sociedade, o que só ocorrerá pela mudança de valoração atribuída ao trabalho. Quando o trabalho manual deixar de ser um estigma e se converter em simples diferenciação do trabalho social geral, a educação institucionalizada perderá o caráter de privilégio e será um direito concretamente igual para todos (PINTO, 2000).

A concepção de que a partir de certa idade já é tarde para se estudar, é muito comum. No entanto, há exemplos de vida que têm mostrado histórias contrárias: a educação de qualidade para jovens e adultos tem permitido mudanças nos relacionamentos dos entes envolvidos, possibilitando novas alternativas profissionais.

Para Pinto (2000, p. 50)

Temos ressaltado várias vezes o caráter ideológico da educação. Aqui desejamos apenas deixar explícito que esse caráter, sendo dado pela consciência social, traz a marca de sua origem, isto é, em termos concretos, refere-se à consciência de alguém. É um dos modos do pensar social, porém se expressa pela consciência dos indivíduos que se ocupam desta questão, que são indivíduos vivos, dotados de condições materiais e intelectuais, com interesses confessados e implícitos, com desejos e intenções, etc.

Não podemos nos esquecer das inúmeras outras histórias das pessoas que frequentam ou frequentaram a EJA, histórias que mudaram para melhor graças a EJA. Embora haja, ainda, muito preconceito em relação à EJA é inegável o benefício que essa modalidade de ensino tem prestado às pessoas que não puderam estudar na época apropriada.

É oportuno lembrar que todos podem e necessitam contribuir para o desenvolvimento da EJA: devem-se criar políticas integradas para a EJA, às escolas precisam elaborar um projeto adequado para seus próprios alunos e não seguir modelos prontos, os professores carecem atualização dos seus conhecimentos e métodos de ensino, os alunos precisam sentir-se realizados na EJA e valorizar a oportunidade que estão tendo de estudar e ampliar seus conhecimentos. À sociedade cabe contribuir com a EJA não discriminando essa modalidade de ensino nem seus alunos, e por fim, as pessoas em geral que conhecerem um adulto analfabeto deve falar da importância da escolarização e incentivá-los a procurar uma escola de EJA (CARNEIRO, 2014).

REFERÊNCIAS

ASSIS, V. R. de O. **Gestão democrática X autoritarismo**. [2009]. Disponível em:
<<http://www.portalensinando.com.br/ensinando/principal/conteudo.asp?id=2667>>.
Acesso em: 23 abr. 2014.

BRASIL. Leis. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2013.

Brasil. **Conselho Nacional de Educação**. *Parecer CNE/CEB nº 11/2001 e Resolução CNE/CBE nº 1/2000. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: MEC, maio 2000.

CARVALHO, R. E.. **Educação Inclusiva**: Com os Pingos nos —Isll. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CARNEIRO, S. de S. **Práticas escolares para diminuir a evasão na EJA**. Disponível em <
<http://www.univar.edu.br/revista/downloads/praticasescolares.pdf>>. Acesso em 20 de jun. de 2014.

FASHEH, M. Como erradicar o analfabetismo sem erradicar os analfabetos? Tradução de Timothy Ireland. Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós- Graduação em Educação. **Revista Brasileira de Educação** nº 26, p. 157-169. São Paulo. ANPED, 2006.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

_____. **Professora sim, tia não** – cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d'Água, 1997.

_____ **Pedagogia do Oprimido**. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra. 1980.

FREITAS, L. C. et al. Dialética da inclusão e da exclusão: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas. In: **Escola Viva: elementos para a construção de uma educação de qualidade social**. GERALDI, C. M. G.; RIOLFI, C. R.; GARCIA, M. F. Campinas: Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda., 2004.

GADOTTI, M. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido** – Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

_____. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artimed. 2000.

GANDIN, D. **A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos, cultural, social, político, religioso e governamental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GOBETTI, E. de. J. T.. **A prática da linguagem na alfabetização de jovens e adultos**. In: LIMA, Ana Christina de Abreu A. e GOBETTI, Eusdete de Jesus T. (Orgs.). **São Pedro na Ponta do Lápis II** – uma proposta de alfabetização de jovens e adultos. Vitória: FAESA, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 20 de jan. de 2014

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. São Paulo: Ed. Alternativa, 2002.

LIBÂNEO, J. C; OLIVEIRA, J. F; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. - (coleção docência em formação/coordenação SEVERINO, A. J.; Selma Garrido PIMENTA, S. G.).

LUCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis, RJ: vozes, 2006. Série cadernos de Gestão.

_____. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006a. Série: caderno de gestão.

_____. Gestão escolar e formação de gestores. **Revista Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, p. 1-195, fev./jun. 2000. Disponível em:<<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1088/990>>. Acesso em 20 de jul. 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Educação para jovens e adultos**: ensino fundamental: proposta curricular - 1º segmento / coordenação e texto final (de) RIBEIRO, V. M. M.; — São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.

_____. **Alunas e Alunos da EJA**: Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos, 2006. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ejacaderno.pdf> />. Acesso em 30 de jan. de 2014.

PAGNO, A. **A construção do projeto político-pedagógico para a escola e o gestor educacional**. Monografia (especialização) - Universidade Federal de Santa Maria, 2003.

PERRENOUD, P **Escola e Cidadania: o papel da escola na formação para a democracia**. (trad. Fátima Murad). Porto Alegre: Artmed, 2005.

PICAWY, M. M; WANDSCHEER, M. S. X. Educação de jovens e adultos: uma análise pedagógica do texto legal. In: SCHEIBEL, M. F.; LEHENBAUER, S.(org.). **Reflexões sobre educação de jovens e adultos-EJA**. Porto Alegre: Palloti, 2006

PINTO, Á. V. **Sete lições sobre educação de adultos**. 11 ed. São Paulo. Cortez, 2000.

SCHEIBEL, M. F.; LEHENBAUER, S.(org.). **Reflexões sobre educação de jovens e adultos-EJA**. Porto Alegre: Palloti, 2006.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002.

VIEIRA, S. I. **Gestão da Escola**: desafios a enfrentar. São Paulo: DP&A, 2002.

SPOSITO, M.E.B. **Capitalismo e urbanização**. 14. Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SUERTEGARAY, D. M. A. Notas sobre Epistemologia. In: **Cadernos Geográficos**, Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. –n. 1(maio de 1999).

Florianópolis: Imprensa Universitária, 1999.

SANTOS, M.. **Espaço e Método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A- Roteiro para Questionário para professores



**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB/
UFSM CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO
EDUCACIONAL**

**Questionário para os professores que atuam na Educação
de Jovens e Adultos**

Data de Aplicação: ___/___/___
(dia) (mês) (ano)

Escolaridade

Curso/Instituição: _____

() Pós-graduação

Nível: _____

Área: _____

Disciplina que atua na EJA: _____

Há quanto tempo atua na EJA? _____

1- Como percebe a importância da EJA para o desenvolvimento pessoal destes estudantes?

2-Em sua opinião, quais são as dificuldades/problemas enfrentados por alunos e professores da EJA?

3- Quais são as suas sugestões para melhorar a qualidade da EJA?

4- Procura na sua prática pedagógica usar metodologias diferenciadas para essa modalidade de ensino (EJA)? Quais?

Apêndice B- Roteiro para Questionário para Coordenação Pedagógica



**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB/
UFSC CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO
EDUCACIONAL**

Questionário Para os gestores (supervisão escolar, coordenação pedagógica)

Data de Aplicação: ___/___/___
(dia) (mês) (ano)

Escolaridade

Curso/Instituição: _____

() Pós-graduação

Nível: _____

Área: _____

Há quanto tempo atua na supervisão escolar, ou coordenação pedagógica? _____

1- Como gestor da escola, como o Sr. (Srª) percebe a importância EJA para o desenvolvimento pessoal destes estudantes?

2-Em sua opinião, quais são as dificuldades/problemas enfrentados por alunos e professores da EJA?

3- Quais são as suas sugestões para melhorar a qualidade da EJA?

4- Pelo seu conhecimento como gestor, o Projeto Político Pedagógico da escola foi construído de forma participativa e democrática? Como?
